XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 mai

A DIMENSÃO NACIONAL DO PLANEJAMENTO

Escalas das Ações Planejadoras no Processo Brasileiro de Urbanização

Jeferson Tavares (IAU-USP)

Elisângela de Almeida Chiquito (EA-UFMG)

RESUMO GERAL

O objetivo dessa Sessão Livre é discutir as ações planejadoras na escala urbana, metropolitana e regional praticadas em Natal-RN, na Amazônia Legal, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na região paulista do Grande ABC, entre as décadas de 1960 a 2010. Esta mesa insere-se na pesquisa desenvolvida pela rede insterinstitucional de pesquisa nucleada pelo Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). O objetivo da rede de pesquisa é congregar pesquisadores de universidades públicas brasileiras em torno da compreensão dos processos de metropolização e urbanização onde se situam as instituições de pesquisa, assim como confluir estudos de teorias, conceitos e métodos de experiências em planejamento urbano e regional capazes de construírem novas práticas de ações planejadoras por meio dos debates interdisciplinares. Esta Sessão Livre apresenta as pesquisas em desenvolvimento pelos membros da rede que buscam compreender as experiências em planejamento urbano e regional para o desenvolvimento nos estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e do Distrito Federal. As análises estão orientadas pelas ações empreendidas entre anos 1960-2010, mais propriamente a partir das concepções mobilizadas, das escalas de abrangência, das instituições envolvidas, assim como da articulação entre políticas, planos e projetos nos diferentes contextos políticos e econômicos do país. Entre os anos 1960 e 1970, tivemos um conjunto de ações que se congregaram num projeto de modernização do território nacional e que se caracterizam, num primeiro momento, pela projeção de grandes obras de infraestrutura voltadas para energia e transportes focando a descentralização industrial e administrativa e o desenvolvimento de áreas até então não inseridas na economia nacional e, num segundo momento com a configuração de Regiões Metropolitanas que consolidaram a ideia de desenvolvimento polarizado e a emergência de aglomerados urbanos pela integração física e econômica pelo modelo de redes urbanas. A organização territorial decorrente dessas ações reforçou as desigualdades territoriais por meio da concentração de investimentos e pela permanência de uma estrutura urbana, metropolitana e regional orientada pelas cidades historicamente mais desenvolvidas. O período que se seguiu, entre as décadas de 1980 e 1990, de crise econômica, escassez de recursos e baixo investimento em planejamento – sobretudo no âmbito territorial – repercutiram na organização das cidades,

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

sobretudo pela guerra fiscal que aprofundou as crises e as desigualdades sociais. As dinâmicas territoriais resultantes dessas ações estruturais resultaram em transformações nas escalas local, regional e metropolitana e exigiram ações planejadoras capazes de orientar as lógicas territoriais por meio de planos diretores locais, ações intermunicipais e planos metropolitanos e regionais. A partir dos anos 2000, essas iniciativas são retomadas pela prática de dispositivos legais de planejamento aperfeiçoados ou instituídos nesse período e essas práticas acumularam, e ainda acumulam, importantes resultados no sentido de transformação territorial por meio de ações integradas e interdisciplinares. No atual momento de escassez de ações planejadoras no âmbito dos debates democráticos, requer-se a valorização e a retomada da aplicação dos instrumentos de planejamento com fins à manutenção das transformações territoriais tomando como fio condutor a compreensão da história recente dessas ações, problematizando-as à luz das novas demandas e necessidades. Esta mesa, portanto tratará de discutir as repercussões dessas ações planejadoras a partir das experiências (de suas teorias, conceitos e métodos), de suas permanências e rupturas, das instituições, atores e agentes, dos avanços e regressos que possam colaborar para a reflexão sobre questões atuais e pertinentes à realidade brasileira. O conjunto dos textos constrói um panorama a partir do qual é possível identificar as relações recíprocas entre os processos brasileiros de urbanização e as práticas de planejamento nas suas diferentes escalas. Desse panorama, podemos relacionar as transformações territoriais nacionais e compreender a mudança de abrangência e finalidade das ações planejadoras (políticas, programas, planos, projetos, regulações) num arco histórico de aproximadamente 50 anos. Sobressai, portanto a transformação da escala do planejamento influenciando e sendo influenciado pelas mudanças no território nacional.

NATAL ENTRE PLANOS: REESTRUTURAÇÃO DOS MARCOS URBANÍSTICOS (1960-1984)

George Alexandre Ferreira Dantas (PPGAU-UFRN)

Entre fins dos anos 1950 e a aprovação do Plano Diretor de 1984, a cidade de Natal não teve balizas legais muito claras para o ordenamento e planejamento urbanos. Diga-se isso a despeito de algumas iniciativas importantes, como a elaboração do plano SERETE, coordenado por Jorge Wilheim em 1967, que serviria de referência para o Plano Diretor de 1974 (que acabaria se tornando letra morta, praticamente). Os antigos instrumentos urbanísticos tinham caducado: o Código de Obras, de 1929, substituído no início da década de 1960 pelo de Recife; o Plano Geral de Sistematização, de 1930, não servia de referência nem para abertura de vias; a ação do Escritório de Saturnino de Brito, à frente da Diretoria de Saneamento do Estado (que funcionara até então como uma secretaria de urbanismo e planejamento), findara com a criação da CAERN, em 1969. Em meio a isso, a consolidação do mercado formal de terras, um crescimento demográfico significativo (de 103 mil habitantes em 1950 para mais de 416 mil, no censo de 1980) e um contexto atravessado pela conjuntura autoritária da ditadura civil-militar. Essa exposição pretende delinear, portanto os elementos que ajudam a

compreender esse período longo de reestruturação dos marcos urbanísticos da cidade.

AÇÕES, PLANOS E PROJETOS DE OCUPAÇÃO DO CENTRO-NORTE BRASILEIRO: NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS, NOVAS REDES URBANAS (1960-1980)

Ricardo Trevisan (FAU-UnB)

A “Marcha para o Oeste”, a Expedição Roncador-Xingú, a Fundação Brasil Central, a transferência da Capital para o Planalto Central, a Rodovia Belém-Brasília são episódios que demonstram as tentativas de ocupação, colonização e urbanização do centro-norte brasileiro nas décadas de 1940 a 1960. Contudo, foi durante a Ditadura Militar (1964-1985) que ações, planos e projetos, dentro de uma perspectiva desenvolvimentista e integralista, receberam atenção especial dos governantes e atraíram interesses de empreendedores privados visando à exploração de recursos minerais, produção agrícola, assentamento de ondas migratórias etc. A proposta, nessa exposição, é abordar e problematizar tal cenário a partir das atividades da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), articulados com o Programa de Integração Nacional (PIN, de 1970) e os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND, de 1972-1974 e 1975-1979, respectivamente). Desse panorama, pretende-se verificar ações específicas como o PROTERRA, o POLAMAZÔNIA, o PRODOESTE, o Projeto RADAM no intuito de expandir a fronteira econômica e a colonização dirigida no país, sobretudo na área da Amazônia Legal. Dessas ações e planos, interessa-nos os Projetos Integrados de Colonização (PICs) e as cidades novas empreendidas por capital privado.

ESPECIFICIDADES, AVANÇOS E DESAFIOS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE (1971-2011)

Elisângela de Almeida Chiquito (EA-UFMG)

A problematização da urbanização de Belo Horizonte numa perspectiva metropolitana emerge nos anos 1950, período em que cidade duplica em termos populacionais e apresenta os primeiros traços de conurbação. Nesta década é elaborado um estudo pela SAGMACS que faz propostas, pela primeira vez, para a institucionalização da Região Metropolitana de Belo Horizonte. No entanto, apenas em 1971 é criado o Grupo de Planejamento (GP) da Fundação João Pinheiro,, sob os auspícios do SERFHAU. O GP dá origem à Superintendência de Planejamento Metropolitano (PLAMBEL), autarquia que atua durante 20 anos no planejamento da RMBH, durante o regime militar e processo de redemocratização, até sua extinção em 1996. Nos anos 2000 há uma retomada do planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir de um novo arranjo institucional, com novos agentes e novos espaços institucionais, envolvendo a UFMG e sociedade, que culmina na criação da Agência RMBH em 2011 e na elaboração do PDDI-RMBH. A compreensão das especificidades do planejamento da RMBH a partir das instituições criadas, dos agentes envolvidos e da relação com os contextos

específicos e com os diferentes projetos nacionais de desenvolvimento e a reflexão sobre os desafios enfrentados e os avanços obtidos são objetivos desta exposição.

CONTINUIDADES E RUPTURAS DO PLANEJAMENTO REGIONAL: A EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DO PDR-ABC NO ESTADO DE SÃO PAULO (1988-2017)

Jeferson Tavares (IAU-USP)

O objetivo dessa exposição é problematizar as novas abrangências do planejamento à luz dos processos de urbanização do estado de São Paulo, tomando como fio condutor as ações planejadoras da região do Grande ABC, em especial, seu plano diretor regional. O Plano Diretor Regional do Grande ABC (PDR-ABC) foi elaborado entre 2015 e 2017 pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC e pela Universidade Federal do ABC com a finalidade de responder às novas dinâmicas territoriais dos sete municípios que compõem a região paulista. Influenciada pelos movimentos de concentração e dispersão industrial ocorridos entre os anos 1950 e 1990, essa região tem buscado alternativas de planejamento, desde os anos 1980, com fins à mitigação desses impactos e de reorientação de suas economias. Nesse sentido, o PDR-ABC consolidou um percurso institucional de ações planejadoras e inovou metodologicamente ao dialogar com o arcabouço legal, como o Plano Plurianual aplicado pioneiramente na escala regional e o emprego de preceitos e instrumentos do Estatuto da Metrópole. Ao se construir pela participação do Estado e de organismos da sociedade civil, o PDR-ABC retomou a interdisciplinaridade no planejamento, outrora abandonada, pela formulação de ações interscalares e *multilevels* de governança metropolitana no âmbito territorial.